

Teologia Moral Contemporânea: Taxonomia e perspectivas

Contemporary Moral Theology: Taxonomy and perspectives

Wagner Augusto Moraes dos Santos

Resumo

Taxonomia é uma área da biologia a ordenação das diversas espécies animais a partir de características comuns encontradas nelas. Embora o termo tenha se desenvolvido originariamente no âmbito da zoologia, a ideia de classificar as linhas de pensamento de uma determinada área através de critérios comuns tem sido uma tendência entre as áreas do conhecimento que possuem uma grande densidade de material bibliográfico produzido. A partir disto, levantam-se duas perguntas: é possível construir uma taxonomia das principais linhas da Teologia Moral contemporânea? Em caso afirmativo, é possível estimar novidades nos fundamentos da moral desde a perspectiva dos ensinamentos do pontificado atual? A proposta deste artigo é responder essas duas perguntas. Para tanto, aplicar-se-á o seguinte método: apresentar a moralidade dos atos humanos como um critério taxonômico, mapear as correntes teológicas a partir desse critério e, por fim, apresentar a ética do dom como uma perspectiva nova para a Teologia Moral católica contemporânea.

Palavra-chave: Lei. Virtude. Moralidade. Autonomia. Dom.

Abstract

Taxonomy is an area of biology the ordering of the various animal species based on common characteristics found in them. Although the term



was originally developed in the field of zoology, the idea of classifying the lines of thought of a certain area through common criteria has been a trend among areas of knowledge that have a great density of produced bibliographic material. From this, two questions arise: is it possible to construct a taxonomy of the main lines of contemporary moral theology? If so, is it possible to estimate novelties in the foundations of morality from the perspective of the teachings of the current pontificate? The purpose of this article is to answer these two questions. To do so, the following method will be applied: to present the morality of human acts as a taxonomic criterion, to map the theological schools from this criterion and, finally, to present the ethics of gift of Holy Spirit as a new perspective for contemporary Catholic moral theology.

Keywords: Law. Virtues. Morality. Autonomy. Gift.

Introdução

Antes de abordar propriamente o tema do artigo, é importante entender a razão de propormos uma taxonomia da Teologia Moral contemporânea e não simplesmente uma revisão bibliográfica ou *status quaestionis* sobre o tema. A razão dessa escolha não é estilística, mas uma exigência que gradativamente se impõe graças ao advento e a popularização das novas tecnologias. Em virtude dos poderosos buscadores de conteúdo na internet e da multiplicação do conhecimento em rede, o trabalho de apresentar uma visão geral sobre as principais ideias em uma área do conhecimento se torna cada dia mais difícil. No passado, o estado da questão de uma área estava suficientemente descrito pelo diálogo entre os especialistas de um determinado tempo. Nessa configuração social, o círculo de discussão dos especialistas era capaz de definir a pauta das pesquisas que precisavam ser feitas e a lista dos conteúdos que deveriam ser considerados questões fechadas. Essa estrutura social, contudo, rui com o advento das redes sociais, pois, atualmente, uma pessoa fora do ambiente acadêmico pode ter uma audiência muito maior que vários especialistas de uma determinada área juntos. Embora essa pessoa não defina a pauta das universidades, ela pode, contudo, pautar os assuntos a serem discutidos na sociedade. Como a universidade não pode estar alheia a sociedade, indiretamente há pautas a serem estudadas que não são produzidas mais pelo círculo de especialistas.

Esse não é um problema puramente teórico, pois a discussão universitária tem uma estrutura institucional para definir a importância dos temas a serem investigados; mas, a internet não tem isso. Daí, uma linha teológica refutada no século XVII pode ressurgir nas redes sociais como a grande novidade do momento. O teólogo universitário não poderá se privar de dar respostas ao movimento sob pena de deixar de falar ao povo e começar a falar apenas para o pequeno círculo dos especialistas. Em outras palavras, a liberdade nas redes sociais gera também um desafio novo para a academia. Essa análise contextual tem a função de chamar a atenção para o dado de que não é mais possível tratar as linhas de pensamento como quadros velhos colocados um após o outro nas pinacotecas da história, faz-se mister trata-las como seres vivos no meio ambiente da discussão teológica.

Inspirados nessa imagem, este artigo se propõe a pensar uma *taxonomia das ideias contemporâneas de Teologia Moral*. Para criar uma taxonomia, duas coisas são importantes: distinguir o gênero de coisas de que se está falando e as espécies nele contidas. Para a classificação das linhas teológicas, optamos por tratar a diversidade das espécies teológicas a partir do critério da *moralidade dos atos humanos*. Assim, o trabalho se dividirá em duas grandes partes: *taxonomia e perspectiva*. A primeira parte se destinará a classificar a moralidade dos atos humanos na ótica da psicologia moral das correntes teológicas contemporâneas. A segunda consistirá na conveniência de desenvolver uma ética do dom como opção contemporânea para a moral católica.

1. Taxonomia

1.1. Moral pré-conciliar¹ (1903-1962)

Era significativo consenso entre os moralistas antes do concílio o entendimento de que a Teologia Moral era a parte da teologia que regulava *os atos humanos em relação ao seu fim último sobrenatural*.² Para atingir tal fim, o homem deve preocupar-se acerca dos seus atos lícitos ou ilícitos que podem ser feitos. A liceidade de realizar certos atos está diretamente vinculado a sua moralidade. Peeters definia a moralidade como “a qualidade dos atos humanos

¹ Período que se inicia com a crise do modernismo, pontificado de Pio X, até o início do Concílio Vaticano II.

² AERTNYS, J.; DAMEN, C. A. *Theologia moralis*, v. 1, p. 15.

quanto à norma de honestidade”.³ A norma da honestidade se divide em três dimensões: *fundamental*, *objetiva* e *subjetiva*. A primeira se refere à *lei eterna* (ordem universal determinada por Deus), a segunda reporta-se às *leis natural/divina/humana* e a terceira é a *consciência*, entendida como regra próxima do agir humano.

Diante disso, a Teologia Moral pré-conciliar dedicava-se a resolver dois problemas básicos: *conhecer a lei e formar a consciência*. A primeira tarefa se dá principalmente na determinação daqueles atos que são pecado mortal. Como dizia Prümmer, “a matéria grave necessária para definir o pecado mortal pode ser definida a partir da *autoridade* ou a partir da *razão*. A autoridade é tríplice, isto é, a autoridade da Sagrada Escritura, da Igreja e dos Doutores”.⁴ Referente à Sagrada Escritura, são considerados matéria grave todos os pecados associados a presságios de morte ou da exclusão do Reino de Deus; sobre a Igreja, recorrem-se às declarações magisteriais que infalivelmente declararam algo pecado mortal; sobre os doutores, considera-se o seu juízo consensual critério de verdade; por fim, a razão humana que consegue perceber o ato contrário à lei natural.

A segunda tarefa a ser realizada é a formação da consciência, pois não é suficiente conhecer o preceito universal. É essencial saber aplicá-lo a uma situação concreta. Sobre isso, dizia Mausbach:

A consciência é, pois, juízo prático e último (imediatamente anterior à ação) mediante o qual a razão humana emite seu parecer sobre o que se deve fazer ou evitar em um caso singular e concreto, por exemplo, se ‘eu’ por estar enfermo não tenho obrigação de assistir a missa dominical. O juízo especulativo dita de um modo geral e com independência das circunstâncias concretas; pois, [não indica] em que casos alguém está isento de tal obrigação.⁵

Desde esta perspectiva, os objetos da consciência estão diretamente vinculados à moralidade do ato concreto realizado. A consciência é dita *verdadeira* “quando o conteúdo normativo dela corresponde à ordem moral e a verdade objetiva do caso”.⁶ Por exemplo, a consciência que conhece a norma eclesial de fazer abstinências de carne em todas as sextas-feiras do

³ PEETERS, H. *Manuale Theologiae Moralis; pars fundamentalis*. p. 35

⁴ PRÜMMER, D. M. *Manuale Theologiae Moralis*, p. 247.

⁵ MAUSBACH, J.; ERMECKE, G. *Teologia moral general*, p. 232.

⁶ MAUSBACH, J.; ERMECKE, G. *Teologia moral general*, p. 236.

ano. Além do objeto, a consciência ainda pode ser classificada quanto ao grau de adesão do objeto; assim, ela pode ser classificada como *certa* ou *duvidosa*. Existem dois tipos de dúvida: *dubium facti* e *dubium iuris*. A *dúvida de fato* reporta-se a pergunta sobre o fato a que a lei obriga, no exemplo citado, alguém poderia duvidar se hoje é sexta-feira; a *dúvida de direito* refere-se a pergunta se uma determinada lei ainda está em vigor ou se foi abolida; no exemplo citado, alguém que tem dúvidas se no seu país a referida lei tem validade.

Dado o princípio moral de que *não se deve agir mediante dúvida acerca da moralidade de um ato*, a consciência duvidosa tem obrigação de buscar resolver o problema por dois meios: *via direta* e a *via indireta*. A primeira via consiste em uma investigação precisa acerca dos fatos e das leis promulgadas pela Igreja. Se a primeira via não sanar a dúvida, então vai-se para a via indireta – que consiste em usar alguns *princípios reflexos* de solução. Alguns princípios são *in dubio pro reo* (na dúvida vantagem para o réu), *in dubio melior est possidentis* (na dúvida melhor é seguir aquele que possui o direito) e *in dubio praesumptio stat pro superiore* (na dúvida a presunção está com o superior).⁷ Esses princípios reflexos são chamados *particulares*, pois estão associados a dúvidas de casos concretos a serem resolvidos. Quando os princípios particulares não conseguem resolver, então são necessários os *princípios reflexos universais*, também chamados *sistemas morais*. Os sistemas morais são as regras últimas que devemos usar para resolver uma dúvida concreta de moral, há cinco sistemas morais conhecidos: *tuciorismo absoluto*, *probabiliorismo*, *probabilismo*, *equiprobabilismo* e *laxismo*.

Embora a consciência se refira ao concreto, a determinação da *ação permanece sendo regida basicamente pela razão teórica*. O problema é saber se uma determinada lei obriga ou não obriga em tais circunstâncias. Diz-se ato da razão teórica, pois as soluções morais em caso de dúvida vão saindo do específico para o universal. Inicia-se com o problema de uma dúvida de fato ou de direito sobre um caso concreto. Diante da dificuldade de solução, busca-se um princípio reflexão; porém, esse princípio já não se refere ao caso concreto, mas sim a um princípio de justiça mais universal; por fim, conservando a dúvida, busca-se o princípio mais universal de todos que é o sistema moral. Essa capacidade de ascender para o universal é um ato próprio da razão teórica, por isso desde a taxonomia organizada aqui, infere-se que a *moral pré-conciliar aure seu critério último de moralidade de um exercício da razão teórica*.

⁷ AERTNYS, J.; DAMEN, C. A. Theologia moralis, p. 91.

1.2. Ética das virtudes⁸ (1930-)

A Teologia Moral de Aertnys-Damen já apresentava uma distinção entre *consciência* e *prudência*. Nessa concepção, a consciência é o ato através do qual o homem aplica os *princípios universalíssimos* da *syndéresis* e os *princípios gerais da ciência moral* para os casos particulares e a prudência é o *hábito que perfeioa o intelecto prático* para retamente dirigir o apetite naquelas coisas que estão *ordenadas a um fim* aplicando os princípios às operações particulares. A consciência está fundada na demonstração de coisas que pertencem aos princípios universais, daí a *sindérese* ser responsável pela máxima áurea de que se deve buscar o bem e evitar o mal e a ciência moral trata de coisas universalmente conhecidas; diversamente a prudência trata do problema concreto de como atingir um fim através de uma série de meios disponíveis. A relação entre consciência e prudência nessa abordagem pode ser interpretada pela imagem de um jogo de xadrez, o aprendizado do movimento das peças e das regras do jogo pertenceriam ao âmbito da formação da consciência; o conhecimento das regras táticas e dos melhores métodos para dar xeque-mate pertence ao âmbito da prudência. Por essa razão, Aertnys e Damen concluíam que “a *sindérese*, a ciência moral, a casuística e a prudência andam juntas para formar a consciência retamente”.⁹

Nos termos acima, a prudência era um apêndice contido no tratado da consciência. Conforme os estudos da Servais Pinckaers, o processo de esquecimento da razão prática e da prudência para a formação da vida moral procede da inflexão da teologia católica gerada pelo *nominalismo de Guilherme de Ockham* e pela opção teológica tomada na *ratio studiorum* dos jesuítas do século XVI. Para Pinckaers, o grande problema dessas escolhas é considerara a moral desde a perspectiva da obrigação. Ockham seguiu a moral do cumprimento da lei por causa do seu sistema filosófico e os jesuítas optaram por esse sistema para produzir manuais de moral capazes de formar os padres com a capacidade de instruir a consciência dos fiéis conforme a lei. Conforme Pinckaers, a Igreja passou a estruturar a Teologia Moral sob a ótica do cumprimento da lei, ao invés do enfoque originalmente tomista de estruturar a ética através das virtudes.¹⁰

⁸ Como parâmetro de datação, considera-se o início das publicações de Odon Lottin e a renovação do pensamento tomista ocorrida nos anos 1930, especialmente, em Le Sauchoir.

⁹ AERTNYS, J.; DAMEN, C. A., *Theologia moralis*, p. 76.

¹⁰ PINCKAERS, S., *Las fuentes de la moral cristiana*, p. 303-316.

A obra de Odon Lottin, *Morale Fondamentale*, foi uma das primeiras a apresentar a necessidade de separar o tratado da consciência do tratado da prudência. Lottin mostrava que a formação da consciência feita exclusivamente pela razão teórica era insuficiente para resolver todos os problemas de moral. Para Lottin, a prudência deveria assumir um papel protagonista no ato voluntário para corrigir os possíveis erros de análise da consciência.¹¹ Depois do Concílio Vaticano II, autores interessados em renovar a Teologia Moral na linha de Santo Tomás pretenderam reestruturar a disciplina na ótica da virtude e dando à prudência um papel mais importante para os juízos morais.

A prudência é um hábito derivado da razão prática, por isso está diretamente associada ao fim das ações humanas. Conforme a filosofia aristotélico-tomista, o fim do homem é a felicidade. Seguindo *livro X da Ética a Nicômaco*, Santo Tomás distinguiu dois tipos de felicidade: *perfeita e imperfeita*. A primeira consiste na visão de Deus na vida futura (*beatitudo ultima et perfecta*), a segunda reporta-se à felicidade que se consegue nessa vida. Esta última se divide em duas dimensões: *a contemplação da verdade e a vida prática conforme a razão*.¹² Esse ordenamento dos apetites e das inclinações ao redor de um princípio racional é o que se chama *virtude*. Para Rhonheimer,

A ética filosófica é a doutrina da virtude humana, em correspondência com a concepção aristotélica da dupla felicidade. Toda virtude é uma vida conforme à razão, o mais divino e melhor que há em nós. O que aqui se situa na primeira linha é a contemplação; em segundo lugar vem a vida conforma às virtudes morais, que constituem a felicidade desta vida. A vida é apetecível por si mesma tanto mais se dirija pela razão.¹³

Considerando a taxonomia que se faz aqui, importa destacar que a ética da virtude só admite distinção entre *bondade e correção* quando se está analisando os atos em terceira pessoa, pois, na perspectiva do sujeito agente nada será considerado verdadeiramente bom se também não for correto. Obviamente, é possível alguém por ignorância empreste dinheiro a um traficante de órgãos, a ação foi errada, mas isso não altera a moralidade do ato, dado que o sujeito agente acreditou ajudar o próximo. Por isso, na perspectiva

¹¹ LOTTIN, O., *Morale Fondamentale*, p. 449.

¹² ST. I, II, q. 3, a.5

¹³ RHONHEIMER, M., *La perspectiva de la moral*, p. 91.

de uma terceira pessoa que vê o evento, há distinção entre bondade e correção; porém, na moral de primeira pessoa, essa distinção é desnecessária. Referente à moralidade, pode-se dizer que a *ética da virtude aure sua moralidade da razão prática orientada a formar no homem uma vida virtuosa*.

1.3. Moral autônoma¹⁴ (1960-)

Conforme a visão kantiana da moral, o sistema moral supracitado seria considerado como uma *moral heterônoma*, pois o princípio da ação humana é definido por algo externo ao agente. O oposto a isso seria a proposição de uma *moral autônoma*, isto é, uma forma de fundamentar o agir humano de tal maneira que o agente seja ao mesmo tempo legislador e executor das próprias normas.

Tal ideia, porém, gera um inconveniente significativo diante da ética cristã normativa. Afinal, o decálogo consiste em uma série de instruções morais a serem executadas perenemente pelo povo. Para entender os fundamentos teóricos de uma moral autônoma cristã, destacam-se três coisas: a distinção entre *bondade e correção* de Schüller, o *princípio de duplo efeito* de Knauer e a *liberdade fundamental* de Fuchs. O primeiro fator reporta-se à distinção entre realizar a obra por um mandato da razão (correção) e fazer uma obra corretamente por amor (bondade). A diferença é essencial, pois à medida Deus pede do homem bondade moral e não simplesmente correção, é possível ser bom prescindindo da heteronomia dos conteúdos morais. Para Schüller, “moralmente correto [é], em cada caso, o modo de se comportar que, comparado a modos alternativos, contribui mais ao bem (*Wohl*) de todos e acarreta menos danos; o moralmente incorreto [é] aquilo que promove menos o bem (*Wohl*) de todos ou que causa mais danos”.¹⁵

A expressão “aquilo que contribui mais ao bem de todos” pode ser entendido de duas formas: referente ao *bem particular* ou ao *bem universal*. O primeiro refere-se aqueles bens limitados a esfera de ação do homem, o segundo refere-se ao que Peter Knauer chama *abertura a toda realidade do universo*. Para Knauer, o bem moral não é algo exclusivo à esfera humana, mas atinge toda a ordem cósmica e até a ordem angélica, por isso o alemão dizia que “em última análise, é o real em sua totalidade que, através do

¹⁴ Década em que se discutiu os principais temas de alteração da teologia moral, especialmente os temas referentes à *Humanae Vitae*.

¹⁵ ABBÀ, G. História crítica da filosofia moral, p. 211.

conhecimento que nós temos, deve determinar nosso comportamento”.¹⁶ A compreensão de que a regra de duplo efeito deveria servir de fundamento para a moralidade dos atos humanos, traz consigo duas novidades importantes: a *moralidade depende da soma dos fatores* envolvidos no ato e o critério de *discernimento moral depende do sujeito agente*.

Josef Fuchs que entendia a moral cristã distinguir-se em duas dimensões: *o comportamento particular-categorial e as atitudes transcendentais*. A primeira refere-se aos *atos* humanos realizados todos os dias, por exemplo, decidir ir à escola; a segunda trata de um *estado* que envolve o homem todo, por exemplo, viver como um homem sacramental. Para Fuchs, a moralidade do agente não poderia ser dada apenas pelas suas escolhas categoriais, pois estes atos atômicamente vividos não eram capazes de descrever o todo da pessoa; somente o exercício de uma liberdade mais profunda seria capaz de realmente expressar a moralidade da pessoa. Acerca dessa *liberdade fundamental*, Fuchs dizia:

Trata-se daquela liberdade que nos torna capazes não apenas de determinarmos-nos numa liberdade de escolha para tendências singulares e ações particulares categoriais, mas de dispormos, além das particulares ações categoriais e através destas, também da própria pessoa como um todo. (...) a questão da liberdade fundamental é assim, em última análise, a questão da verdadeira bondade ou malícia do homem.¹⁷

Em *Veritatis Splendor*, a Igreja entendeu que a teoria da *opção fundamental* contradiz a integridade substancial do agir humano,¹⁸ por isso reafirmou a doutrina dos absolutos morais e da conexão entre o agir concreto e a moralidade dos atos humanos.

1.4. Ética da libertação¹⁹ (1975-)

Acerca dos princípios da ética da libertação vale dizer, junto com Hoepers, que existem duas instituições centrais que são a coluna vertebral de todos sistema: *o método teológico próprio e a perspectiva do pobre*.²⁰ *Sobre*

¹⁶ KNAUER, P. La détermination du bien et du mal moral par le principe de double effet, p. 356.

¹⁷ FUCHS, J. Existe uma moral cristã? p. 174-175.

¹⁸ VS 67.

¹⁹ Época da publicação do livro de Gustavo Gutierrez, Teologia da Libertação, perspectivas.

²⁰ HOEPERS, R. Teologia moral no Brasil, p. 53.

o método, destaca-se que o dado de a ética da libertação ser é uma teologia da práxis, por isso “a fé não consiste primeiramente em ‘compreender’ a realidade, mas em a transformar”.²¹ Nas teologias contextuais, não é a concepção teórica que determina a ação, mas a ação que determinada a concepção teórica. Ao contrário das teologias não-contextuais, o termo final da teoria não é o conhecimento puro, como o são a contemplação dos filósofos gregos, mas sim a ação transformadora da realidade. A ética da libertação é, pois, *um discurso moral sobre as implicações éticas da práxis libertadora*.

Acerca da opção preferencial pelos pobres, deve-se dizer que ela é o motor da práxis libertadora. Afinal, libertação sempre se refere a algum oprimido. O oprimido a ser libertado pela práxis são os pobres injustiçados pelas estruturas sociais. Como indica o documento de Puebla, a opção preferencial inclui a luta para desfazer as causas da pobreza.²² Como as causas da pobreza só podem ser descobertas através das mediações sociológicas, faz-se mister fazer uso de alguma linha de pensamento para guiar a práxis libertadora.²³ Ademais, conforme Dussel, a teologia feita em um ambiente de dominação se torna uma ‘teologia da dominação’ se esta não manifestar explicitamente a necessidade de libertação dos oprimidos.²⁴

Isso significa que a ética da libertação não é simplesmente uma ética que visa apenas uma reforma, mas sim ela se dedica a uma verdadeira transformação. A reforma é distinta da transformação, pois a ação reformista é aquela que respeita os critérios e os princípios do sistema vigente, enquanto a transformação, não.²⁵ O rompimento com o sistema vigente se torna uma necessidade básica para o real exercício da práxis libertadora. Sobre isso, dizia Libânio

Mais grave parece ser a defasagem entre a verbalidade da decisão e a sua praxidade. (...) Creio que um dos problemas graves, que percebo no trabalho, sobretudo com os jovens, é esta defasagem. Eles ouvem falar da opção fundamental para-o-outro. Querem vivê-la. Decidem-se dentro de si por ela. Creem que ela já é realidade pelo fato mesmo de terem decidido. Mas se encontram bloqueados por uma estrutura que só fala de concorrência, de autopromoção, de competição.²⁶

²¹ VIDAL, M. *Moral de Atitudes*, v.3, p. 71.

²² DP 1146.

²³ BOFF, C., *Teologia e prática*, p. 67-84.

²⁴ DUSSEL, E., *Ética Comunitária*, p. 243.

²⁵ OLIVEIRA, I. A.; DIAS, A. S., *Ética da libertação de Enrique Dussel*, p. 101.

²⁶ LIBÂNIO, J. B., *Pecado e opção fundamental*, p. 112.

Libânio entende que a moral social parte da opção fundamental pela alteridade. Contudo, a alteridade é comprometida pelas estruturas sociais individualistas; em outras palavras, “faz-se mister criar estruturas que favoreçam a opção pelo outro. Por isso, a consequência de quem optou por ser-para-o-outro é de que ele se empenhará, não só em viver pessoalmente uma abertura de dom, mas de colocar todo seu empenho em criar para si e para os outros estruturas-de-dom”.²⁷

1.5. Personalismo moral²⁸ (1985-)

O personalismo moral defendido por Melina, Noriega e Perez-Soba nasce de uma injunção da análise imanente da vontade blondeliana e a psicologia tomista. A dimensão blondeliana procede da distinção entre *desejo (dinâmica fundamental da ação)* e *desejos (objetos desejados)*.²⁹ A dimensão tomista dá-se na psicologia das paixões humanas que entende *o amor preceder o desejo*.³⁰

Buscávamos uma realidade última que iluminasse *o desejo*, agora vemos que aquilo que precede o próprio desejo se trata do primeiro princípio operativo do qual brota a ação: *o amor originário*. O amor, ou melhor, o *ser amado* é o princípio de ação que move o próprio desejo. É a presença desse princípio que une a dinâmica do desejo com o fim da ação, não como um mero paradoxo, mas como um fim possível pela força do amor originário que o liga à promessa de receber o dom em que consistirá seu fim.³¹

O fim do homem é a felicidade entendida como *eudokia*. A expressão procede de Lc 2,14 que diz: “glória a Deus nos céus e paz na terra aos homens de bom juízo (*eudokias*)”. A expressão goza de uma ambiguidade, pois tanto se refere àqueles que *amam a Deus*, quanto aos de *boa vontade*. Essa felicidade incorpora a dimensão interpessoal da felicidade, pois os amigos são uma espécie de segundo eu e, por isso, o bem realizado para eles é uma continuação do bem próprio. Por isso, “o modelo de ação perfeita deixa de ser

²⁷ LIBÂNIO, J. B., Pecado e opção fundamental, p. 113.

²⁸ Fundação do Pontifício Instituto Teológico João Paulo II para o Matrimônio e ciências da família a após a exortação apostólica *Familiaris Consortio*.

²⁹ MELINA, L.; NORIEGA, J.; PEREZ-SOBA, J. J., Caminar a la luz del amor, p. 183.

³⁰ ST. I, II, q. 25, a.2.

³¹ MELINA, L.; NORIEGA, J.; PEREZ-SOBA, J. J., Caminar a la luz del amor, p. 193.

o do ato da inteligência para passar ao [ato] do amor”.³² A perfeição máxima dessa felicidade encontra-se no Sermão da Montanha, onde Cristo mostra o caminho para atingir uma vida feliz. Isso se dá, pois, a felicidade *não se encontra* no ter, no poder ou prazer, mas sim na *comunhão real com Deus e com os homens*.

A novidade desta concepção está em considerar que as estruturas tradicionalmente entendidas na ordem da graça sobrenatural descrevem a própria ordem do natural. O amor originário, fator do desejo e, por conseguinte, motor de toda ação não procede de um ato especial da graça divina, mas sim do ato criativo de Deus. Por isso, não se está apenas criando um sistema espiritual para descrever a moral cristã, antes se está interpretando que a própria estrutura metafísica do real se dá como autoadoação amorosa de Deus. Em suma, a moralidade dos atos humanos se funda, pois, no *ato da razão prática enquanto está ordenada a comunhão interpessoal de amor com Deus e os homens*.

1.6. Fenomenologia moral³³ (2000-)

A moral fenomenológica é uma linha de teologia da teologia nascida na Itália após a promulgação da encíclica *Veritatis Splendor*. Seu principal expoente é Giuseppe Angelini e o livro mais importante publicado sobre o tema é *Teologia Morale fondamentale. Tradizione, Scrittura e teoria* do próprio Angelini. MCKEever e Quaranta identificaram cinco postulados fundamentais para a apresentação da tese central da obra de Angelini.³⁴ O *primeiro postulado* infere que a *Teologia Moral fundamental necessita ser repensada em profundidade em função do seu estado de incerteza* em função do conflito entre teologia católica e cultura moderna.

O segundo postulado é que *a causa dessa inadequação é a atual reflexão teórica do agir moral*. Conforme Angelini, o grande problema da reflexão do agir moral é *intelectualismo* que tomou a tradição moral católica ao tratar o ato voluntário de forma abstrata a partir de um conceito de essência humana que separa a verdade sobre o homem do seu desejo e vontade.³⁵ Por essa razão, a renovação da Teologia Moral Fundamental não pode ser apenas

³² MELINA, L.; NORIEGA, J.; PEREZ-SOBA, J. J., Caminar a la luz del amor, p. 218.

³³ Período da publicação e da divulgação da obra magna de Angelini.

³⁴ MCKEEVER, M.; QUARANTA, G., Voglio, dunque sono, p. 81-101.

³⁵ ANGELINI, G., Teologia morale fondamentale, p. 12.



uma recuperação ou uma reinterpretação dos conceitos da escolástica, antes é necessário realizar uma alteração total no conceito de ato voluntário na intenção de integrar mais perfeitamente a relação entre *consciência* e *ato*.³⁶

O terceiro postulado reporta a ideia de que *é necessária uma nova teoria moral assentada sob uma descrição fenomenológica do agir moral*. A proposta de Angelini é, pois, reconstruir os conceitos universais da moral fundamental desde a perspectiva da fenomenologia. Porém, não pretende usar a fenomenologia para tudo, enquanto a filosofia descreve a experiência do agir moral desde a perspectiva do ato voluntário, liberdade, culpa etc. A Teologia Moral se responsabilizaria para descrever as *categorias específicas cristãs de mandamento, lei, pecado, conversão, seguimento e imitação de Cristo*.³⁷ Resumidamente, a moral fundamental de Angelini é uma *ética da fé que faz uso da fenomenologia para aclarar o significado a filosofia moral*.

O quarto postulado é que *a abordagem fenomenológica dá uma compreensão mais adequada da moral, da fé e da relação entre elas*. A razão para isso se deve a Angelini compreender que a fenomenologia da consciência mostra que o *homem não age por fins*, mas sim por *expectativas*. É *a fé na promessa que dá a motivação para o agir em direção ao bem prometido*.³⁸ É a fé que faz a união entre consciência e ato, por meio da fé na promessa de plenitude o sujeito se coloca novamente no interior do agir e dá valor pessoal aos atos realizados. Dizia Angelini,

Só se pode querer verdadeiramente (...) na condição de crer. Senão é assim, ocorre que o sujeito vê desvanecer-se a sua qualidade de sujeito das próprias ações; elas, uma vez compridas, aparecem-lhe como distintas com relação do que pretendeu. Esta distância entre uma pessoa e as suas próprias obras põe em questão a identidade mesma do sujeito; este depende necessariamente delas para identificar-se, queira ou não queira.³⁹

A lei moral, nesse caso, não procede de uma abstração da razão teórica ou da universalidade da razão prática, mas sim uma *instrução* mediada pela cultura civil e religiosa unida a uma *promessa da plenitude de uma vida boa*.

³⁶ CAÑIZARES, J. S., La teologia Moral Fundamental italiana después de Veritatis Splendor, p. 455.

³⁷ ANGELINI, G., Teologia morale fondamentale. p. 29.

³⁸ BELLOCQ, A., Desiderare e agire, p. 33.

³⁹ ANGELINI, G., Teologia morale fondamentale, p. 642-643.

A partir do ato de fé na promessa nasce a obediência voluntária à lei.⁴⁰ A novidade importante é a percepção de que a análise fenomenológica mostra uma estrutura religiosa na consciência moral do ser humano, pois *descreve o agir moral como um ato de fé*.

O quinto postulado apresenta que *a Teologia Moral Fundamental só sai plenamente da sua determinação através da fé no Evangelho*. Esse postulado indica que, somente crendo no Evangelho, o homem pode encontrar a plenitude que deseja; porém, Angelini não dá provas disso, pois a fé cristã não pode ser demonstrada. Além do fato de que, tal tentativa, não seria outra coisa, senão uma forma de intelectualismo.

1.7. Moral filial⁴¹ (2010-)

Entre os anos 1980 e 2000, a Teologia Moral discutia o problema acerca do que era próprio da moral cristã. Durante essa discussão, duas opiniões teológicas diversas se levantaram: *a moral autônoma* e *a ética da fé*. Seguindo essas primeiras linhas, Alfons Auer, em *Autonomie Moral und christlicher Glaube*, defendia que a especificidade da moral cristã não residia em uma norma específica, mas sim na motivação com que se realizava estas normas. Nesta visão, o mundo e os cristãos compartilham das mesmas normas morais ditadas pela razão prática, a distinção entre os dois reside na novidade do significado religioso acrescido pela fé.⁴²

A iniciativa de Auer foi combatida por Joseph Ratzinger, Heinz Schürmann e Hans Urs von Balthasar na obra *Os princípios da moral cristã*. Esses autores defendiam que a especificidade da moral cristã não se dá apenas no âmbito formal, mas também segue materialmente os ensinamentos da tradição da Igreja no que se refere à ação moral. Ratzinger destacava três exemplos de interrelação entre fé e vida: *o decálogo, o nome de cristão e as exortações apostólicas*. *Acerca do primeiro*, argumenta que a existência material de leis do decálogo nos códices sumérios e babilônicos não alteram o dado de que “o decálogo é em Israel parte da ideia mesma de Deus. Não está junto à fé, junto à aliança, mas nele [o decálogo] se mostra quem é o Deus, com qual Israel está aliado.”⁴³

⁴⁰ ANGELINI, G., *Teologia morale fondamentale*, p. 600-611.

⁴¹ Período da publicação da obra magna de Tremblay e seus alunos.

⁴² KEENAN, J., *História da teologia moral católica no século XX*, p. 222.

⁴³ RATZINGER, J., *Magisterio eclesiástico, fé y moral*, p. 53.

Sobre o segundo, destaca a percepção de que o nome cristão no Império Romano estava associado como sinônimo de perjúrio e de rechaço social, contudo a Igreja primitiva se orgulhava de ser condenada à morte por causa do nome de Jesus, pois os cristãos não tomam de Cristo apenas uma teoria, mas, sobretudo tiraram-lhe um modo de viver e de morrer, ou seja, uma *ortopráxis*. *Sobre o terceiro*, ressalta-se a importância das exortações apostólicas tais como aquelas preditas por São Paulo em 1Ts 4, 1ss (“convêm que vivais... segundo aprendestes de nós... Vós sabeis as instruções que vos demos da parte do Senhor Jesus”). Se o cristianismo fosse apenas motivação para agir, não haveria razão para o Apóstolo dar recomendações morais.

Réal Tremblay foi um aluno de Ratzinger e notou algumas debilidades nas visões da moral autônoma e da ética da fé. O principal problema que pretendia evitar era considerar a moral fundamental como um discurso acerca da fundamentação das normas de comportamento. Para Tremblay, Cristo não poderia ser simplesmente um horizonte que dá sentido aos atos (moral autônoma), nem tampouco poderia ser apenas o revelador das ações boas inacessíveis a razão (ética da fé). Para instaurar uma moral completamente cristã, é necessário que *Cristo seja o fundamento de todo agir humano*; um agir que não se confunde com a simples realização de atos, mas que seja a realização de uma vida: *a vida do filho de Deus*. Para satisfazer essa necessidade, Real Tremblay propôs a *via média* da moral filial como uma tentativa de fundamentar a originalidade da moral cristã desde a perspectiva da filiação divina.⁴⁴

A moral filial visa partir de uma antropologia cristã desde o princípio, pois acredita que a moral não pode limitar-se a cristianizar uma ética e uma antropologia gerada pela razão. Por isso, o eixo de referência fundamental é Cristo e a *identidade crística* presente em cada homem. A opção cristocêntrica em Teologia Moral se dedica a repensar a relação Cristo/moral em duas etapas: *explicitando a antropologia que descende da cristologia e expondo a moral que segue a antropologia filial*.⁴⁵

Tremblay entende que o bem agir nada mais é que a realização no homem do seu ser-filho-no-Filho.

⁴⁴ TREMBLAY, R., Par-delà la ‘morale autonome’ et l’ ‘éthique de la foi’, p. 223-237.

⁴⁵ LORENZETTI, L., *Presentazione*, p. 12.

Pode-se dizer que a moral filial definida como ‘fonte da glória do Pai’ é uma forma de participação no ser do Filho. Mais ainda, quando o crente se comporta no mundo dando glória a Pai, *contribui de uma certa maneira a realizar ‘economicamente’ o ser do Filho*. A conclusão é que a moral filial-glorificação do Pai é parte concernente da ontologia filial.⁴⁶

Desde o ponto de vista da moralidade, a moral filial gera um novo paradigma de fundamentação da finalidade da vida humana. Enquanto a *eudaimonia* da ética de inspiração aristotélica entendia a felicidade presente na vida virtuosa, a moral personalista a apresentava como comunhão interpessoal de Deus com o próximo, a moral filial lança o paradigma moral da realização plena da filiação divina como parâmetro último de moralidade.

1.8 Síntese taxonômica

A classificação das linhas de Teologia Moral Fundamental contemporâneas apresentadas nesse artigo visava encontrar duas coisas essenciais: as *operações básicas* usadas para aferir a moralidade dos atos humanos e o *paradigma moral* usado para distinguir um ato bom de um ato mal.

Acerca do primeiro padrão, verificou-se no breve estudo aqui apresentado que a *moral pré-conciliar* fazia, sobretudo, uso da *razão teórica* para formar a consciência e definir a moralidade dos atos; viu-se que a moral autônoma e a ética da libertação consideravam a operação da liberdade fundamental (opção fundamental) como critério para julgar a moralidade das pessoas. A *ética das virtudes* centra a moralidade na universalidade da razão prática. Acerca dos *atos concretos a serem realizados*; viu-se também que a *moral filial* seguia a estrutura tomista da razão prática, porém distinguia da ética das virtudes naquilo que se refere ao paradigma moral e a interpretação dos seis conceitos da moral fundamental. O *personalismo moral*, por sua vez, vai ao encontro da ética das virtudes naquilo que se refere aos atos concretos, mas diverge naquilo que se refere à origem dos atos humanos, pois consideram o *amor originário* como a operação geratriz de todos os atos. A *fenomenologia moral* segue uma classificação de operações humanas básicas não tomista e considera a estrutura do agir humana fundar-se em um *ato de fé* natural.

Sobre o paradigma moral, verificou-se que a *moral pré-conciliar* via na *obediência à lei* o paradigma fundante do inquérito moral; a *moral autônoma*

⁴⁶ TREMBLAY, R., Vous, lumière du monde, p. 54.

compreende que a *autonomia* permite que o inquérito moral seja levado conforme a prudência do contexto em que se está; a *ética da libertação* vê a pergunta sobre a moralidade vincular-se à realização da *práxis libertadora*; a ética das virtudes entende a felicidade, entendida como *vida virtuosa*, ser a finalidade do agir; a *moral filial* entende que a realização plena da *filiação divina* é o critério moral por excelência; o *personalismo moral* busca a *comunhão interpessoal entre Deus e os homens*; a *fenomenologia moral* entende que o motor da ação do homem é a *fé na promessa de plenitude*.

Por fim, essas correntes ainda podem ser classificadas quanto à sua relação com a sua compreensão da originalidade da moral cristã. Algumas entendem que a originalidade se dá através de motivações teológicas para agir corretamente na esfera da razão prática (moral autônoma); outros entendem que o cristianismo contribui materialmente com alguns atos específicos (Ética da Fé). A partir destes princípios, monta-se o seguinte quadro taxonômico das correntes da Teologia Moral contemporânea.

	Corrente	Operação básica	Paradigma moral
Ética da fé	Moral pré-conciliar	Razão teórica	Obedecer a Lei
	Ética das virtudes	Razão prática	Vida de virtude
	Moral filial	Razão filial	Filiação divina
	Personalismo moral	Amor	Comunhão interpessoal
	Fenomenologia moral	Ato de fé	Promessa de plenitude
Moral Autônoma	Moral Autônoma	Liberdade fundamental	Autonomia
	Ética da Libertação	Opção preferencial	Práxis libertadora

Por razões de completude, é importante mencionar a razão da ausência de linhas contemporâneas de Teologia Moral tais como as éticas feministas e as diversas éticas contextuais. A razão dessa ausência deve-se a duas coisas: a brevidade do artigo e a metodologia adotada. Sobre metodologia, é importante mencionar que várias das teologias contextuais contemporâneas são uma espécie de aplicação do método da ética da libertação em que se substitui a opção preferencial pelos pobres pela opção preferencial pelo oprimido do referido contexto.⁴⁷ Além das éticas contextuais também está ausente o projeto

⁴⁷ KEENAN, J., História da teologia moral no século XX, p. 241-291.

de Hans Küng de construir uma ética global a partir de um parlamento das religiões,⁴⁸ bem como as discussões da ética ecumênica nos anos 1990.⁴⁹ As duas visões ficaram ausentes do quadro acima, pois compartilham a ideia de ser possível construir uma moral comum entre as religiões fundamentando a regra moral a partir do diálogo racional entre as partes. Embora as ideias em voga tenham suas peculiaridades, vale notar que seus métodos, desde a perspectiva da moral fundamental, reduzem-se à moral autônoma teônoma, que crê a regras morais serem materialmente produto da razão prática e formalmente consequências da fé cristã.

2. Perspectiva da ética do dom

A segunda coisa a ser realizada nesse artigo é apresentar uma perspectiva nova da moral fundamental. A motivação para tal tarefa nasce de duas intuições: a importância do Discernimento dos Espíritos no papado atual e a influência do dom do Espírito Santo para a formação de uma vida cristã mais plena. Em *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco dizia:

Antes de falar de algumas *questões fundamentais relativas à ação evangelizadora*, convém recordar brevemente o contexto em que temos de viver e agir. É habitual hoje falar-se dum ‘excesso de diagnóstico’, que nem sempre é acompanhado por propostas resolutivas e realmente aplicáveis. Por outro lado, também não nos seria de grande proveito um olhar puramente sociológico, que tivesse a pretensão, com a sua metodologia, de abraçar toda a realidade de maneira supostamente asséptica. O que quero oferecer situa-se mais na linha do *discernimento evangélico*. *É o olhar do discípulo missionário que ‘se nutre da luz e da força do Espírito Santo’*⁵⁰ (grifos nossos).

O espírito é entendido como “uma moção interior que impele, motiva, encoraja e dá sentido à ação pessoa e comunitária”.⁵¹ Conforme Maçaneiro e Pessoto, *Evangelii Gaudium* trouxe uma pneumatologia missionária prática fundada no binômio *espírito-humano/Espírito Santo*.⁵²

⁴⁸ KÜNG, H., Projeto de Ética mundial, p. 100-107

⁴⁹ LORDBERG, P., The history of Ecumenical work on Ecclesiology and Ethics, p. 128-139.

⁵⁰ EG 50.

⁵¹ EG 51.

⁵² MAÇANEIRO, M.; PESSOTO, D. M., A pneumatologia missionária de Papa Francisco em

A segunda intuição procede de uma intuição advinda do personalismo moral segundo a qual *a dimensão mais profunda da liberdade humana se dá como consentimento à ação divina que se realiza pela mediação dos bens humanos*.⁵³ Esse consentimento à ação divina é a adesão à moção interior a que se refere o Papa em *Evangelii Gaudium*. Essa moção, porém, é condicionada ao bom cultivo dos *dons do Espírito Santo*, pois, na linguagem de Santo Tomás, o dom do Espírito Santo é uma disposição para receber um instinto divino.⁵⁴ A partir da necessidade cultivar os dons para exercitar bem o discernimento dos espíritos, nasce a intuição de promover uma *ética do dom*. Uma primeira aproximação da interrelação entre os conceitos universais da moral fundamental e uma ética do dom foi feita recentemente no livro *a família na civilização do amor*, onde se pode ler: “os dons aperfeiçoam as virtudes à medida que eliminam as fraquezas próprias da razão e levam o homem a mover-se diretamente por uma moção divina, porém os dons supõem a prática das virtudes para que as paixões não interrompam os efeitos da moção”.⁵⁵

Desde a perspectiva da taxonomia apresentada acima, a ética do dom seria um tipo de ética da fé centrada no binômio *discernimento/bem-aventurança*; compreendendo a bem-aventurança no sentido de *ato realizado mediante uma moção espiritual*. A criação de uma ética do dom está diretamente vinculada a temas da educação moral e transformação da sociedade. Na perspectiva da construção de *uma civilização do amor entendida como santificação das relações sociais através da vida cristã admirável*, faz-se essencial a produção de uma pedagogia moral capaz de gerar pessoas pneumatológicas para uma sociedade carente da caridade cristã.

Referências Bibliográficas

ABBÀ, G. **História crítica da filosofia moral**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência, 2011.

AERTNYS, J.; DAMEN, C. A. **Theologia moralis secundum doctrinam S.**

Evangelii Gaudium, p. 567.

⁵³ MELINA, L.; NORIEGA, J.; PEREZ-SOBA, J. J., Caminar a la luz del amor, p. 770

⁵⁴ ST. I, II, q. 68, a.8.

⁵⁵ SANTOS, W. A. M., A família na civilização do amor, p. 275.

Aphonsi de Liguorio doctoris ecclesiae. Torino: Marietti, 1956.

ANGELINI, G. **Teologia morale fondamentale.** Tradizione, Scrittura e teoria. Glossa: Milano, 1999.

BELLOCQ, A. **Desiderare e agire.** La razionalità pratica alla base della Teologia Morale. EDUSC: Roma, 2020.

BOFF, C. **Teologia e prática:** teologia do político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1978.

CAÑIZARES, J. S. La Teologia Moral Fundamental italiana después de Veritatis Splendor: propuestas particulares. **Scripta Theologica**, v.42, p. 453-478, 2010.

CELAM. **Puebla:** a evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.

DUSSEL, E. **Ética Comunitária:** liberta o pobre. Petrópolis: Vozes, 1986.

FRANCISCO, PP. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.** Brasília: Edições CNBB, 2013.

FUCHS, J. **Existe uma moral cristã?** Paulinas, 1972.

HOEPERS, R. **Teologia moral no Brasil:** um perfil histórico. Aparecida: Santuário, 2015.

JOÃO PAULO II, PP. **Carta Encíclica *Veritatis Splendor*.** Paulinas: São Paulo, 1993.

KEENAN, J. F. **História da Teologia Moral católica do século XX:** da confissão dos pecados a libertação das consciências. São Paulo: Loyola, 2013.

KNAUER, P. La détermination du bien et du mal moral par le principe du double effet. **Nouvelle Revue Théologique**, v. 87, n. 4, p. 356-376, 1965.

KÜNG, H. **Projeto de ética mundial.** Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. Paulinas, São Paulo, 1993.

LIBÂNIO, J. B. **Pecado e opção fundamental.** Petrópolis: Vozes, 1975.

LORDBERG, P. The history of Ecumenical work on Ecclesiology and Ethics. **Ecumenical Review**, v.47, n.1, p. 128-139, 1995.

LORENZETTI, L. Presentazione. Perché un nuovo trattato di Teologia Morale Fondamentale? In: TREMBLAY, R.; ZAMBONI, S. (Eds.) **Figli nel Figlio.** Una Teologia Morale fondamentale. Bologna: EDB, 2016. p.16-22.

- LOTTIN, O. **Morale Fondamentale**. Tournai: Desclée, 1954.
- MAÇANEIRO, M.; PESSOTO, D. M. A pneumatologia missionária de Papa Francisco em Evangelii Gaudium. **Pistis & Práxis**, v.10, n.3, p. 551-590, 2018.
- MAUSBACH, J.; ERMECKE, G. **Teologia Moral general: moral general**. Pamplona: EUNSA, 1977.
- MCKEEVER, M.; QUARANTA, G. **Voglio, dunque sono**. La Teologia Morale di Giuseppe Angelini. Bologna: EDB, 2011.
- MELINA, L.; NORIEGA, J.; PÉREZ-SOBA, J. J. **Caminar a la luz del amor: los fundamentos de la moral cristiana**. Burgos: Pelicano, 2010.
- OLIVEIRA, I. A.; DIAS, A. S. **Ética da libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social**. **Conjectura**, v.17, n.3, p. 90-106., set./dez. 2012.
- PEETERS, H. **Manuale theologia moralis: pars fundamentalis**. Roma: Marietti, 1962.
- PINCKAERS, S. **Las fuentes de la moral cristiana: su método, su contenido, su historia**. Pamplona: EUNSA, 2007.
- PRÜMMER, D. M. **Manuale theologiae moralis secundum principia S. Thomae Aquinatis**. Roma: Herder, 1955.
- RATZINGER, J., Magisterio eclesiástico, fe y moral. In: RATZINGER, J.; VON BALTHASAR, H.; SCHÜRMAN, H. **Principios de la moral cristiana compendio**. Valencia: EDICEP, 2005.
- RHONHEIMER, M. **La perspectiva de la moral: fundamentos de la Ética Filosófica**. Madrid: RIALP, 1999.
- SANTOS, W. A. M. **A família na civilização do amor**. Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo LLulio: São Paulo, 2022.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica: A bem-aventurança, os atos humanos e as paixões da alma: I seção da II parte, questões 1-48**. São Paulo: Loyola, 2005. v. 3
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica: os hábitos e as virtudes, os dons do Espírito Santo, os vícios e os pecados, a lei antiga e a lei nova, a graça: I seção da II parte, questões 49-114**. São Paulo: Loyola, 2005. v. 4

TREMBLAY, R. “Par-delà la ‘morale autonome’ et l ‘éthique de la foi’. A la recherche d’une ‘via media’”. *Studia Moralia*, v.20, n.2, p. 223-237, 1982

TREMBLAY, R. **Vous, lumière du monde**. La vie morale des chrétiens: Dieu parmi les hommes. Québec: Fides, 2003.

VIDAL, M. **Moral de Atitudes**: moral social. Aparecida: Santuário, 1986. v.3.

Wagner Augusto Moraes dos Santos

Doutor em Teologia Moral pela Universidade de Navarra

Pamplona / Navarra – Espanha

E-mail: wagner190989@gmail.com

Recebido em: 01/08/2022

Aprovado em: 07/11/2022

